

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.313.490 - RS (2018/0150096-0)

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : MARCOS VALÉRIO SILVEIRA LESSA - RS042441  
NELSON PILLA FILHO E OUTRO(S) - RS041666  
**AGRAVADO** : J V D  
**AGRAVADO** : M A DA V D  
**AGRAVADO** : M D  
**AGRAVADO** : N T D  
**ADVOGADOS** : ALEX MARQUESE - RS049289  
ALAN MARQUESE - RS060687

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. RECURSO QUE NÃO INFIRMA O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

### DECISÃO

J V D e outros (J V D e outros) requereram o cumprimento provisório de sentença proferida em ação civil pública contra o BANCO DO BRASIL, objetivando o recebimento de diferenças de correção monetária no mês de março de 1990 na atualização de financiamento por cédula de crédito rural.

O Juízo Federal, em face da atribuição de efeito suspensivo aos embargos de divergência no REsp nº 1.319.232/DF, suspendeu o cumprimento provisório da sentença.

O TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao agravo de instrumento interposto por J V D e outros em acórdão assim ementado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EFEITO SUSPENSIVO ATRIBUÍDO A EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL NO PROCESSO DE CONHECIMENTO. LIMITES DA CONTROVÉRSIA. SUSPENSÃO PARCIAL.*

*Atribuído efeito suspensivo pelo Superior Tribunal de Justiça aos embargos de divergência interpostos no âmbito do processo de conhecimento, cabível a suspensão do respectivo cumprimento provisório de sentença dentro dos limites da controvérsia albergada pelo efeito suspensivo.*

# Superior Tribunal de Justiça

*Objetivando os embargos de divergência aos quais atribuído efeito suspensivo aplicação de correção monetária e de juros de acordo com o art. 1º- F da Lei n.º 9.494/97, com redação dada pela Lei n.º 11.960/09, não há óbice ao prosseguimento do cumprimento provisório de acordo com os parâmetros incontroversos entre as partes.*

*Agravo de instrumento parcialmente provido para autorizar o prosseguimento do cumprimento provisório de acordo com o art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97 (redação dada pelo art. 5º da Lei n.º 11.960/09) (e-STJ, fl. 41).*

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 69/72).

Irresignado, o BANCO DO BRASIL interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF/88, alegando violação dos arts. 5313, IV, 995, parágrafo único, 1.030, III, e 1.036. § 1º, todos do CPC/73, sustentando, em síntese, a necessidade de sobrestar o recurso que verse sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida por esta Corte.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 112/125), o recurso teve seguimento negado tendo em vista a incidência das Súmulas n.ºs 211 do STJ e 282 e 356 do STF.

Nas razões de agravo, o BANCO DO BRASIL alegou a inaplicabilidade da Súmula n.º 283 do STF.

É o relatório.

DECIDO.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade do recurso, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado n.º 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

O recurso não merece conhecimento

O recurso especial foi inadmitido tendo em vista a incidência das Súmulas n.ºs 211 do STJ e 282 e 356 do STF.

Da leitura das razões recursais, observo que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra o fundamento da decisão agravada, pois o BANCO DO BRASIL alegou a inaplicabilidade da Súmula n.º 283 do STF, que sequer foi objeto

# *Superior Tribunal de Justiça*

de inadmissão do recurso especial.

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Assim, não tendo o recurso impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida, é o caso de incidir o art. 932, III, do NCPC.

A propósito, veja-se o seguinte julgado:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA QUE MANTEVE A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 182/STJ. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, QUE IMPÕE O ATAQUE ESPECÍFICO AOS FUNDAMENTOS. PLEITO DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO NÃO REBATIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ORA AGRAVADA. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. O agravo em recurso especial que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, ônus do qual não se desincumbiu a parte insurgente. Aplicação, por analogia, da Súmula 182/STJ.*

(AgInt no AREsp 964.429/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 16/9/2016 - sem destaque no original)

Assim, o recurso não se mostra viável, o que enseja a sua inadmissão.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Publique-se. Intime-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO  
Relator

